

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

## Parecer nº 001/2016/COFIS/ABGF

O CONSELHO FISCAL DA AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF, no uso de suas atribuições legais e Estatutárias, procedeu ao exame do Relatório Anual da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas da ABGF, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2015, aprovados pelo Conselho de Administração na 31ª Reunião Ordinária, de 26 de fevereiro de 2016. Assim, com base nesse exame à luz do Relatório de Auditoria Independente, sem ressalvas, da MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, de 26 de fevereiro de 2016, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da ABGF.

Brasília (DF), 26 de fevereiro de 2016.

Luiz Alberto de Almeida Palmeira	Renato Pontes Dias	Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista
Presidente do Conselho	Conselheiro	Conselheiro

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Parecer nº 001/2016/CONAD/ABGF

- O Conselho de Administração da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em reunião ordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelo artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e pelo artigo 21, inciso V, alínea "a", do Estatuto Social, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2015.
- Com base no exame realizado, bem como no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da ABGF, emitido, em 26.02.2016, sem ressalvas, pela empresa MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, o Conselho se manifestou favoravelmente à aprovação, pela Assembleia Geral de Acionistas, do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2015.

Brasília (DF), 26 de fevereiro de 2016.

Rodrigo Pereira de Mello	João Pinto Rabelo Júnior	Anamélia Soccal Seyffarth
Presidente do Conselho	Presidente Substituto do Conselho	Conselheira

## Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS  
E INCENTIVOS FISCAIS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS

## PORTARIA Nº 3, DE 19 DE ABRIL DE 2016

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, § único do art. 20, Seção II, Capítulo IV, anexo VIII da Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014 (com alterações posteriores), com base na Portaria nº 53, de 5 de abril de 2016, ambas portarias do Ministério da Integração Nacional; Considerando as análises técnicas constantes do Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil - REAFC nº 013, de 30 de junho de 2015, com data de referência de 30 de abril de 2015; do Relatório de Conclusão de Projeto - RECON nº 005, 29 de fevereiro de 2016, os quais atestaram a operação do Empreendimento, a regularidade da aplicação dos recursos financeiros liberados, bem como da recomendação favorável à emissão do CEI feita pela Gerente Regional de Belém, por meio do Despacho s/nº, de 08 de março de 2016; em favor da Empresa AGRÓPASTORIL MIRANDÓPOLIS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.863.478/0001-04, com projeto localizado no Município de Cumarú do Norte, no Estado do Pará; Considerando que a Empresa renunciou ao saldo restante de recursos do Finam a liberar em seu favor; Sopesando o disposto na manifestação exarada por meio do Termo de Manifestação nº 024, de 19 de abril de 2016, da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI, resolve: Art. 1º - Emitir o CERTIFICADO DE EMPREENDIMENTO IMPLANTADO - CEI, para fins do que dispõe o § 12 do art. 5º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em favor da referida Incentivada, que recebeu recursos do Fundo de Investimentos do Amazonas - Finam, na modalidade de art. 9º da Lei nº 8.167/1991. Art. 2º - A Empresa Beneficiária fica obrigada a encaminhar ao DFRP, para fins de avaliação econômica, por um período de dez anos, cópias das demonstrações financeiras anuais, na conformidade do art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a apresentar os demonstrativos a seguir relacionados, de acordo com os preceitos do art. 34 da Portaria MI nº 53, de 5 de abril de 2016: I - quantidade de emprego direto mantido, comprovada pela apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, referente ao último mês do exercício social de cada ano; II - valores dos tributos recolhidos a título de Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; e III - quadro de produção e vendas realizadas. Art. 3º - O não atendimento ao disposto no artigo anterior representará inadimplência a ser considerada por ocasião da apresentação de pleitos futuros ao Ministério da Integração Nacional. Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNADETE MARIA PINHEIRO COURY

## PORTARIA Nº 4, DE 19 DE ABRIL DE 2016

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, parágrafo único do art. 20, Seção II, Capítulo IV, anexo VIII da Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014 (com

alterações posteriores), com base no capítulo V da Portaria MI nº 53, de 5 de abril de 2016, ambas portarias do Ministério da Integração Nacional; Considerando as análises técnicas constantes no Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil - REAFC nº 23, de 2 de setembro de 2015, com data de referência de 30 de abril de 2015; no Relatório de Conclusão de Projeto - RECON nº 4, de 3 de março de 2016, os quais atestaram a regularidade do Empreendimento e o percentual de implantação de 100% para um nível de 100% de recursos financeiros liberados, após a aprovação de pleito de readequação no projeto, e a recomendação favorável à emissão do Certificado do Empreendimento Implantado - CEI da Gerente da Gerência Regional de Belém - GRB, mediante o Despacho nº 5, 21 de março de 2016, em favor da Empresa ATIAIA PECUARIA S/A, inscrita sob o CNPJ/MF nº 04.932.729/0001-57, com projeto localizado no Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso; Considerando que, por excesso de preciosismo, o que não prejudica o deferimento pleito, a Incentivada ainda assim renunciou expressamente ao saldo à liberar anterior à adequação, atendendo ao disposto no inciso II, parágrafo único, art. 29 da Portaria MI nº 53/2016; e Considerando o disposto na manifestação exarada pela Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI, por meio do Termo de Manifestação nº 25, de 19 de abril de 2016, ante as razões expostas na análise de conformidade processual por meio do Despacho CGIP 0199296, de 14 de abril de 2016, resolve: Art. 1º - Emitir o CERTIFICADO DE EMPREENDIMENTO IMPLANTADO - CEI, para fins do que dispõe o §12 do art. 5º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em favor da referida Incentivada, que recebeu recursos do Fundo de Investimentos do Amazonas - Finam, na modalidade de art. 9º da Lei nº 8.167/1991. Art. 2º - A Empresa Beneficiária fica obrigada a encaminhar ao DFRP, para fins de avaliação econômica, por um período de dez anos, as informações e demonstrativos a seguir relacionados, de acordo com os preceitos do art. 34 da Portaria MI nº 53/2016: I - cópia das demonstrações financeiras anuais de que trata o art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; II - quantidade de emprego direto mantido, comprovada pela apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), referente ao último mês do exercício social de cada ano; III - valores dos tributos recolhidos a título de Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; e IV - quadro de produção e vendas realizadas. Art. 3º - O não atendimento ao disposto no artigo anterior representará inadimplência a ser considerada por ocasião da apresentação de pleitos futuros ao Ministério da Integração Nacional. Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNADETE MARIA PINHEIRO COURY

## PORTARIA Nº 5, DE 19 DE ABRIL DE 2016

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, parágrafo único do art. 20, Seção II, Capítulo IV, anexo VIII da Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014 (e suas alterações posteriores), com base no capítulo V da Portaria nº 53, de 5 de abril de 2016, ambas portarias do Ministério da Integração Nacional; Considerando as análises técnicas constantes no Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil - REAFC nº 019, de 14 de agosto de 2015, com data de referência de 31 de maio de 2015 (pp. 3 a 16, processo nº 59601.000047/2015-31); no Relatório de Conclusão de Projetos - RECON nº 6, de 3 de março de 2016 (pp. 132 a 138, check-list anexo às pp. 139 e 140, vol. 5); e, no Despacho nº 006/2016-GRB/DFRP/SFRI/MI (0179479), de 21 de março de 2016, os quais atestaram a regularidade do Empreendimento, o percentual de implantação de 79,92% para um nível de 45,99% de recursos financeiros do Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) liberados, após a aprovação de pleito de readequação no projeto, e recomendaram a emissão do Certificado de Empreendimento implantado - CEI em favor da Empresa AGROPECUARIA NOSSA SENHORA DO CARMO S/A, inscrita sob o CNPJ/MF nº 00.945.531/0001-57, com projeto localizado no Município de Santa Cruz do Xingú, no Estado do Mato Grosso; Considerando que a Incentivada ainda assim renunciou expressamente ao saldo restante dos incentivos fiscais do Finam à liberar, anteriormente à adequação, atendendo ao disposto no inciso II, parágrafo único, art. 29 da Portaria MI nº 53/2016; e Considerando o disposto na manifestação exarada pela Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI, por meio do Termo de Manifestação nº 26, de 19 de abril de 2016, ante as razões expostas na análise de conformidade processual realizada pela Coordenação-Geral de Instrução de Processos - CGIP, por meio do Despacho 0199913, de 14 de abril de 2016, resolve: Art. 1º - Emitir o CERTIFICADO DE EMPREENDIMENTO IMPLANTADO - CEI, para fins do que dispõe o §12 do art. 5º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em favor da referida Incentivada, que recebeu recursos do Fundo de Investimentos do Amazonas - Finam, na modalidade de art. 9º da Lei nº 8.167/1991. Art. 2º - A Empresa Beneficiária fica obrigada a encaminhar ao DFRP, para fins de avaliação econômica, por um período de dez anos, as informações e demonstrativos a seguir relacionados, de acordo com os preceitos do art. 34 da Portaria MI nº 53/2016: I - cópia das demonstrações financeiras anuais de que trata o art. 176 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; II - quantidade de emprego direto mantido, comprovada pela apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), referente ao último mês do exercício social de cada ano; III - valores dos tributos recolhidos a título de Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS, Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; e IV - quadro de produção e vendas realizadas. Art. 3º - O não atendimento ao disposto no artigo anterior representará inadimplência a ser considerada por ocasião da apresentação de pleitos futuros ao Ministério da Integração Nacional. Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNADETE MARIA PINHEIRO COURY

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO  
E DEFESA CIVIL

## PORTARIA Nº 98, DE 19 DE ABRIL DE 2016

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Rio Azul - PR.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no D.O.U., de 17 de agosto de 2014, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar a o empenho e repasse de recursos ao Município de Rio Azul - PR, no valor de R\$ 2.709.391,96 (dois milhões, setecentos e nove mil, trezentos e noventa um reais e noventa e seis centavos), para a execução de obras de recuperação de danos causados por chuvas intensas, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo nº 59050.001254/2014-14.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 5300f12.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação do recurso em duas parcelas.

Art. 4º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR